

Professora manipula a eleição para não cair

O professor Waldson Pinheiro, candidato à lista sêxtupla da qual será indicado o novo vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, afirmou ontem que democracia, ou se pratica para valer, ou se permanece nos métodos autoritários, ao se referir ao processo de consulta direta à comunidade com vistas a indicação dos novos diretores do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Waldson Pinheiro afirmou que eleição nunca foi sinônimo de democracia, citando como exemplo os pleitos realizados a cada cinco anos pelo Presidente Strossener, do Paraguai, cujo governo é apontado como uma ditadura. Ainda segundo o professor da UFRN a consulta à comunidade já está com cartas marcadas e não passa de uma tentativa de enganar professores, funcionários e estudantes.

Durante reunião do Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, a direção do CCHLA apresentou como proposta a

votação individual, contrariando a intenção de parte dos professores a de apresentar chapas para a disputa. Como a diretora do Centro, Maria da Graça Ferreira de Viveiros, detém a maioria dos integrantes do Conselho Departamental, sua proposta foi vencedora.

Waldson Pinheiro acusou também a manipulação da consulta, apontada como meio de permitir a inclusão do nome de Maria da Graça na lista sêxtupla.

INTERPELAÇÃO

O professor lembrou, ontem, a importância do pedido formulado pelo Diretório Central dos Estudantes a respeito da aplicação de recursos da ordem de Cr\$10,8 bilhões repassados pelo Ministério da Educação e Cultura à UFRN. Na opinião, de Waldson, é salutar a solicitação e uma prova de que a comunidade universitária está lutando pela democratização na UFRN. Ele acredita que deve ser utilizada a prática dos segredos a fim de evitar as acusações de abuso.

O professor colaborador

Francisco Marques Neto

Em 1974 o Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Linaldo Cavalcanti, hoje presidente do CNPq, consultou o MEC para contratar a título precário, professores colaboradores. O argumento técnico para o pleito foi a garantia da manutenção do ensino, prejudicado pela crônica carência de material humano nos corpos discentes das Universidades brasileiras. Em 1975, somente a ESAM, uma Escola Superior isolada em Mossoró, tinha três vezes mais professores qualificados (pós-graduados) que a UFRN. Pra neutralizar este absurdo centenas de professores da nossa Universidade Federal foram contemplados com o Plano Institucional de Capacitação do Corpo Docente (Picd) e afastaram-se das suas atividades para cursarem mestrado e doutorado em outros Estados da Federação e no exterior. O volume de professores ausentes tornaria a estrutura do ensino da UFRN insustentável e o reitor Domingos Gomes de Lima, aproveitando o precedente aberto pelo MEC, contratou a título precário os professores colaboradores, muitos deles já exercendo monitorias desde o tempo de estudante. Estes professores passaram a ocupar chefias nos departamentos, vice-coordenadorias de cursos além da regência plena das disciplinas em substituição àqueles que saíram, partindo vários deles até para o pós-graduação nivelando-se funcionalmente a todos os demais professores mais antigos. Domingos Gomes, então, propôs o enquadramento desses professores na Tabela

Permanente da UFRN, mediante concurso público e prova de títulos, o que veio a ocorrer somente na gestão de Diógenes Cunha Lima. Envolvida com os problemas típicos de sua puberdade acadêmica, a Universidade brasileira agora com cinquenta anos está constantemente às voltas com este tipo de problema. Já em 1966, na administração Onofre Lopes, existia a figura do professor-estagiário, depois enquadrado mediante concurso público, como professor auxiliar de ensino (reforma universitária de 1969). Ao contrário dos professores-visitantes, de triste memória, que exigem ganhar muito bem para não ministrar aulas, atropelando o orçamento da UFRN e discriminando contra os colegas que ganham menos, aqueles professores estagiários, como muitos dos colaboradores e auxiliares de ensino ensinaram de graça, entraram na sala de aula humildemente e nem por isso brigaram com a Instituição nem cobraram os famigerados "royalties" ou os pedantes "direitos autorais", por conta de uma suposta "genialidade".

Inteligentes, porque humildes, esses professores identificaram na sala de aula o lugar de trabalho do professor e transmitiram o que sabiam. A esses elementos a Universidade Federal do Rio Grande do Norte deve, agora, um reparo: a contabilização do tempo de serviço como professores colaboradores e auxiliar de ensino para efeito de promoção funcional.